

- X -

LEITURA E DEMOCRATIZAÇÃO: DISCURSOS REVELADOS NAS ENTRELINHAS DO PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA- PNLL

Lidiane Tavares do Nascimento Gomes
Universidade Federal do Amapá-UNIFAP
lidiane.tn@gmail.com

Regina Lúcia da Silva Nascimento
Universidade Federal do Amapá-UNIFAP
relusilvanas@gmail.com

A fim de compreendermos os discursos presentes na Política Nacional de Leitura, tendo como pano de fundo a atuação do Estado, investigamos o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), à luz da Análise de Conteúdo (AC) proposta por Bardin, tendo em vista que os documentos de Política Educacional são provenientes do aparelho do Estado e expressam não somente diretrizes para a educação, mas trazem em seu bojo interesses políticos e produzem intervenções sociais (EVANGELISTA, 2009).

A leitura, objeto da investigação, caracteriza-se como uma prática social que traz certa carga de complexidade. É relevante perceber essa complexidade, inclusive sua evolução histórica como resultado da luta de classes, pois a educação sempre foi um aparelho ideológico a serviço dos interesses da classe dominante, a qual desde muito cedo, mantém-se no poder.

Em função disto, a pesquisa foi realizada em torno do princípio 'Estado e Sociedade', uma vez que a concepção de leitura adotada aqui está para a construção de sentidos e a prática social em que o leitor agente é capaz de transitar por diferentes contextos, relacionando habilidades de leitura com necessidades, valores e práticas sociais (SOARES, 2004).

Se ler é uma exigência antes de tudo social, portanto, uma necessidade pragmática, sua prática é importante instrumento ao exercício da cidadania. Neste contexto, o leitor proficiente é aquele que se apropria do discurso, transita por diferentes contextos, compreende a linguagem como uma forma de poder, isto é, um leitor capaz de

dialogar com uma concepção política de leitura: uma leitura que não apenas ofereça respostas ao homem, sobre sua própria realidade, mas que também instigue-o a colocar-se questões e o instrumente na busca de respostas e soluções; uma leitura que desinstale o homem da placidez e da acomodação e ao mesmo tempo seja capaz de torná-lo melhor (MARIA, 2002: 51).

Do mesmo modo, Freire (2005, p.11) defende que “a leitura de mundo precede a leitura da palavra”. Contudo, enfatiza que “a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto”; é preciso que a leitura da palavra se faça presente para que o sujeito alcance a compreensão que o leve a ler o mundo de maneira crítica, politizada e consciente.

Quando o Estado assume o papel de ampliar o sentido das práticas de leitura, por meio da instituição de políticas públicas, a leitura deixa de ser apenas uma herança familiar para se tornar um bem social. É neste contexto que surge a Lei nº 10.753 de 30 de outubro de 2003 que institui a Política Nacional do Livro (PNL) a qual apresenta em seu Art. 1º as diretrizes que asseguram a promoção do direito à leitura e ao livro:

II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2003).

Esta política pública em leitura se redimensiona por meio do Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL, Decreto nº 7.759 (BRASIL, 2011). A esse Plano, conforme documento escrito, é conferido o *status* de Política de Estado, dado o seu caráter descentralizado, cujo papel é o de nortear as políticas, os programas, os projetos e as ações continuadas desenvolvidos no âmbito dos governos estaduais e municipais.

O PNLL constitui-se em dezoito princípios norteadores que contextualizam e justificam a proposição do Plano, uma vez que trazem pressupostos conceituais em relação à leitura; vinte e dois objetivos e metas com vistas à assegurar e democratizar o acesso à leitura e às bibliotecas a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis para o desenvolvimento individual e coletivo do ser humano (BRASIL, 2003); e quatro eixos organizados a partir das metas que sistematizam e delineiam as ações a serem realizadas por outras instituições e entidades.

O caráter descentralizado e democrático é demarcado no Plano como premissa dessa política do Estado desde o início do processo. Sob esta perspectiva, o PNLL traz em sua

letra o conceito de democratização nos seguintes aspectos: (a) nos princípios norteadores; (b) nos eixos de ação; (c) na gestão participativa; (d) no objetivo central:

assegurar e democratizar o acesso à leitura, ao livro, à literatura e às bibliotecas a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades, seja individual ou coletivamente (BRASIL, 2014, p.23).

Contudo, sabemos que o desaparecimento de um poder centralizador permite que as atividades de serviço do governo sejam delegadas vantajosamente a autoridades regionais ou locais, totalmente limitadas em seus poderes coercitivos pelas regras ditadas por uma autoridade legislativa superior (BIANCHETTI, 1996). Conforme Shiroma e Santos (2014) isso impinge à autonomia uma nova acepção, transformando-a numa autonomia fundamentada na “autoadministração” ao invés de constituir-se numa “autogestão política”.

É importante enfatizar, ainda, na proposta de democratização da política de leitura, a gestão participativa. O PNLL enfatiza a participação de diversos setores da sociedade ligados à questão da leitura e do livro na proposição do Plano). Isso fica claro, principalmente, em um de seus princípios fundamentais:

O primeiro princípio é de que só lograremos êxito nessa empreitada se ESTADO E SOCIEDADE estiverem juntos na construção dos Planos. As tarefas que temos são gigantescas e de longo prazo e somente a forte união dos dois entes que constituem a nação podem dar conta dessa missão (BRASIL, 2015, p. 6, grifo do autor).

Por outro lado, a inclusão da sociedade nesse contexto revela novos significados. De acordo com Neves (2005) esse envolvimento político acaba pasteurizando a verdadeira participação crítica e contestadora, “impingindo a participação ‘operacional’ que realiza aquilo que é esperado pelas diretrizes políticas mesmo quando delas discordem” (SHIROMA E SANTOS, 2014, p. 34).

A política de leitura, como as demais políticas educacionais, acaba induzindo às necessidades sociais e políticas de conservação, ajustada à concepção de mundo hegemônico. Desta feita, acreditamos que as ações que orientam fundamentalmente na conformação de uma estrutura educacional como veículo de efetivação das exigências do modelo social vigente, devem ser consideradas a partir de uma reflexão crítica, que revele as contradições ocultadas nas políticas educacionais. Diante do exposto, a investigação apontou reflexões

relevantes sobre o papel atribuído ao Estado quanto à descentralização, configurando-se em fator de coesão social, máximo para o capital e mínimo para as políticas sociais.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIANCHETTI, Roberto Gerardo. O modelo neoliberal. *In*: BIANCHETTI, Roberto Gerardo. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996. cap.3. p.70-103.

BRASIL. Caderno do PNLL: edição atualizada e revisada. Brasília: MinC, 2014.

_____. Decreto nº 7.559 de 1º de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e dá outras providências. *In*: BRASIL . **Legislação sobre livro e leitura**. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

_____. **Guia para elaboração e implantação dos Planos estadual e municipal do livro e leitura**. Brasília: 2015. Disponível em : <<http://www.cultura.gov.br/pnll>>.

_____. Lei nº 10.753 de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. *In*: BRASIL . **Legislação sobre livro e leitura**. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos na política educacional**. I Colóquio A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais. Belém: UFPA, 2009.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2005.

MARIA, Luzia de. **Leitura e colheita: livros, leitura e formação de leitores**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SHIROMA, Eneida; SANTOS, Fabiano Antonio dos. *Slogans* para a construção do consentimento ativo. *In*: EVANGELISTA, Olinda (org.). **O que revelam os *slogans* na política educacional**. 1.ed. Araraquara, SP: Junqueira e Marin, 2014. p. 21-45.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.